

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
OLEIROS – AMIEIRA**



OLEIROS | AMIEIRA
JUNTA DE FREGUESIA

ACTA

Nº2 / 2017

REUNIÃO ORDINÁRIA

DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2017

Aos quatro dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte horas reuniu a assembleia de Freguesia de Oleiros Amieira, no edifício sede da mesma com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período antes da ordem do dia.
 - 1.1 Apreciação ou informação sobre assuntos de interesse da Freguesia:
2. Período de Ordem do dia.
 - 2.1 Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente de Junta de Freguesia acerca da situação financeira da Junta.
 - 2.2 Apreciação e votação da Proposta nº1 da Junta de Freguesia para aquisição de Tractor Agrícola.
 - 2.3 Apreciação e votação da Proposta nº1 da Junta de Freguesia para a contratação de empréstimo bancário, para aquisição de Tractor Agrícola.
3. Período destinado ao público.

O senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, Sr. António Ventura, deu de imediato início aos trabalhos, estando presentes em sala todos os membros eleitos da Assembleia de Freguesia de Oleiros – Amieira, bem como o respetivo Executivo de Freguesia.

O Sr. Presidente da mesa tomou a palavra e abriu a sessão. A deputada Helena Boaventura e o deputado Albino Coelho pediram a palavra. A deputada Helena Boaventura perguntou, tendo em conta a catástrofe dos incêndios, se a junta está atenta às ajudas para a reconstrução. A Isabel Figueiredo, Tesoureira da Junta, respondeu que nos candidatámos a três linhas de apoio na operação 813 prevenção da floresta todas reprovadas. Da parte da junta houve uma candidatura à operação 815, também ela reprovada. Informou que relativamente ao que ardeu, levantou-se os prejuízos, o CLDS fez o levantamento a nível de apoio psicológico. A junta na semana seguinte ao incêndio de quinze de Outubro esteve junto com os proprietários a fazer as candidaturas de prejuízos até cinco mil euros. A junta irá estar atenta ao quadro de apoio comunitário na sua generalidade. O deputado Albino Coelho tomou a palavra e solicitou informações sobre a gestão da página da Junta de Freguesia na internet. O Secretário António Fernandes informou que a criação da página foi aprovada há quatro anos. A criação, manutenção e gestão da página é da responsabilidade da empresa

Netsigma pelo valor de 35 euros por mês. O deputado Albino Coelho, disse que sendo um trabalho pago, deveríamos exigir mais a esta empresa no âmbito da atualização e utilidade da página que não tem estado devidamente atualizada. Devemos pedir que a página seja mais útil ao nível da disponibilização de serviços ao cidadão. O Presidente da Junta referiu que efetivamente durante estes quatro anos nem sempre a página da Junta na internet esteve atualizada. Nomeadamente, a apresentação das obras e serviços efetuados e de informações de utilidade aos cidadãos. Esclareceu que existem duas dinâmicas distintas de gestão da página. Existe a dinâmica de sermos nós a municiar a empresa com a informação queremos publicar e quando queremos publicar. E existe a dinâmica de ser a empresa a constantemente solicitar nova informação por um valor neste caso de duzentos a trezentos euros por mês, segundo vários orçamentos que foram solicitados. Atendendo à situação financeira da junta decidiu-se manter a situação actual por trinta e cinco euros por mês com o compromisso de tentar melhorar a qualidade da página. O deputado Albino Coelho deu este assunto por esclarecido. Falou de outra questão a da Auditoria. Considera importante a realização da mesma, tal como anunciado na campanha da lista vencedora. Solicitou uma check-list com todos os funcionários da junta. Nomes tipos de contrato, duração e que tipo de funções desempenham. O Presidente da junta respondeu que a Auditoria será oportunamente orçamentada para se proceder à sua execução. Sendo necessário decidir quais os itens e a extensão que a auditoria terá por objecto. Referiu a importância da auditoria para se aclarar a situação financeira atual da junta. Para se aclararem também situações financeiras passadas relativas à lista que anteriormente esteve na Direcção da Junta e para esse efeito seria pedida auditoria aos últimos seis a oito anos. Assim que se fizer o orçamento para o ano de dois mil de dezoito pois estará já contemplada a verba para a auditoria que ronda rá os cinco mil a dez mil euros. Relativamente ao check-list dos funcionários será disponibilizado assim que possível. Temos cinco com contrato sem termo. Temos dois com contrato de inserção. Temos outro com contrato da Cercicap. Habitualmente estes funcionários são objeto de alguma preocupação de tentativa de alocação a outros postos de trabalho após o final dos contratos, atendendo às suas dificuldades em o fazerem pelos seus meios. Temos também a Telma Mateus com contrato de avença. Já está inscrita na DGAL para se avaliar a sua integração a título definitivo. Esta decisão será sujeita entretanto a sufrágio na Assembleia de Freguesia e

a todos os procedimentos legais. A secretária da Mesa, Anabela Rodrigues, perguntou ao executivo como está a situação do programa Haja Saúde. O Presidente respondeu que teve neste dia uma conversa com o Sr Presidente da Associação dos Bombeiros sobre a possibilidade do programa voltar a funcionar. Os Bombeiros estão em alerta por causa dos incêndios até dia 15 de Novembro. Da parte do Executivo da Junta estão dispostos a continuar com o projecto que é uma imagem de marca desta junta. Reiterou ser intenção da junta a continuação deste projecto. O deputado Filipe Domingues disse em complemento do assunto das ajudas para os prejuízos dos incêndios que se tentou fazer um levantamento dos prejuízos na freguesia da junta em conjunto com o município. No entanto os passos seguintes não dependem da acção dos órgãos autárquicos.

O Presidente da mesa passou assim ao ponto dois ponto um da ordem de trabalhos, apreciação de informação escrita acerca da situação financeira nos termos da alínea V) do nº 1 do art. 8º da lei 75/2013 de 12 de setembro. A deputada Cristina Garcia pediu esclarecimento sobre as avenças constantes em Dívidas de Terceiros. O Presidente do Executivo respondeu ser este um assunto muito pertinente. Explicou que estas avenças dizem respeito a funcionários que se encontravam no Município há imenso tempo, que tinham contrato de trabalho com a Junta de Freguesia e de três em três meses o Município transferia a verba para a Junta. O Presidente disse que estaria tudo bem se a junta tivesse recebido essa verba. Foi dito em assembleia municipal que a junta estava a receber por um funcionário a mais. O Presidente da Junta lançou o desafio aos outros presidentes de junta que fizessem prova dos funcionários que têm para se esclarecer as verbas exatas a que se tenham direito. Questionou a legalidade de existirem pessoas contratadas através da junta de freguesia a prestar serviço no Município sem que a junta tenha sido reembolsada desses salários. Referiu que há muito que a junta tem cinco funcionários. Referiu que este negócio outrora efetuado, assenta num pressuposto que considera errado. O primeiro protocolo que foi proposto assinar ao Presidente da junta dizia que a junta de freguesia de Oleiros Amieira recebe dez euros por cada habitante e todas as outras freguesias recebem vinte euros por habitante. Depois passaram a dar 15 euros por habitante acima dos mil habitantes e acima dos dois mil recebe-se dez euros. Reiterou não considerar existirem critérios de igualdade neste assunto tal como não

existem no número de funcionários. O Presidente foi o único nessa instância a apresentar as folhas da segurança social para provar o número de funcionários. Referiu que será a auditoria a esclarecer toda esta questão.-----

O Presidente fez um trabalho, particularmente, sobre os protocolos de todas as freguesias, relacionado com os rácios das verbas por habitante. O trabalho teve como base a leitura de todas as atas do município e da freguesia e a legislação autárquica. Referiu que o município transfere para as freguesias, dez mil euros por funcionário e depois um determinado valor. Em relação aos funcionários da Freguesia Oleiros Amieira, esta tem cinco funcionários e o Município diz que paga um a mais. O estudo permitiu concluir que no mandato da lista anterior, liderada pelo Sr. Alfredo, o município transferiu para esta junta 472000€. No mandato de 2013 a 2017, já com a lista actual no executivo, transferiu 356000€. Em quatro anos recebemos menos 115000€. Desde o início do anterior executivo, os carros da junta deixaram de poder encher o depósito de combustível nos estaleiros Municipais. Os materiais de construção também deixaram de ser carregados nos estaleiros do Município. O anterior executivo, gastou em quatro anos em materiais de construção e combustíveis 8000€ e o executivo actual gastou 62.000€. Apurou-se também que a Amieira recebeu nos últimos 4 anos em que foi freguesia 186566€. O que conclui que este executivo, recebeu no mandato 2013 a 2017 menos 351215€ que os executivos das duas freguesias no mandato de 2009 a 2013. Estes serão os dados contabilísticos que uma auditoria irá revelar. A Freguesia de Álvaro recebeu 91.000€, a do Estreito 290.700€, Orvalho 260.731€, Oleiros Amieira, 374.088€. Estes valores traduzem-se num rácio de 139 €/ hab em Cambas, 97€/hab no Orvalho e 35€/hab em Oleiros Amieira e 71€/hab no Estreito e no Sobral. Os rácios por km quadrado são 7600€/km² no Orvalho, 3600€/km² em Cambas, 3109€/km² no Estreito e 2600€/km² em Oleiros. Este executivo foi confrontado com as contas da junta, mostrando apenas que devia 40.000€. No entanto esta é a média desta casa, atendendo ao diferencial que existe entre os pagamentos e os recebimentos quer do município quer do FEF. O Presidente referiu que houve, ao longo dos últimos 4 anos uma tentativa de asfixiar a junta em termos financeiros. O deputado Filipe Domingues, solicitou ao Presidente da mesa que doravante todos os presentes deverão ter uma cópia dos

documentos apresentados a debate na assembleia. O Presidente ressaltou que o documento é um documento particular que serve de base à sua intervenção, mas que pode distribuir se assim o desejarem, mas a título particular por não se tratar de documento oficial.-----

O Deputado António Mendes, solicitou esclarecimento sobre o projecto do passeio pedestre, nomeadamente sobre as despesas relacionadas com o mesmo. O Presidente da junta informou que teve uma reunião no Município, em que foi informado que esta entidade iria dar um apoio de 15.000€ a todas as iniciativas de construção de passeios pedestres. Informou que o orçamento ultrapassou um pouco o valor do donativo. No entanto todas as faturas poderão ser enviadas para o município. O Sr. António Mendes, questionou a questão do enquadramento dos passeios pedestres numa associação da Freguesia na nova legislação sobre o tema. O Presidente, esclareceu que os passeios podem e vão continuar a existir, estando salvaguardados os preceitos legais e enquadramentos necessários. -----

O Presidente passou ao ponto 2.2 da ordem de trabalhos: Apreciação e votação da proposta nº1 da Junta de Freguesia, para a aquisição de trator agrícola, nos termos da alínea e) no n.º1 do artigo 9º da lei nº 75/2013 de 12 de setembro. A tesoureira Isabel Figueiredo explicou que no último ano o trator da junta, necessitou de cerca de 10.000€ de reparações, situação que não é de todo sustentável para as necessidades constantes do equipamento. Desta forma adquire-se um equipamento novo e mantém-se o outro a trabalhar em simultâneo. O deputado Filipe Domingues referiu que se justifica efetivamente a aquisição, até porque a junta tem recursos próprios para a utilização do mesmo. Solicitou melhor esclarecimento sobre a forma como o procedimento de aquisição e contratação pública. A Tesoureira da Junta Isabel Figueiredo, informou ainda que o executivo está atendo a eventuais candidaturas a apoios que possam surgir. O senhor Presidente informou que apesar de não ser necessário, trouxe o assunto à Assembleia. Serão convidadas todas as entidades do concelho susceptíveis de poder satisfazer o fornecimento, bem como assegurar as manutenções futuras necessárias. Precedeu-se à votação e foi aprovada por unanimidade.-----

O senhor Presidente da Mesa passou ao ponto 2.3 da ordem de trabalhos, apreciação e votação da proposta nº 2 da Junta de Freguesia, para a contratação de empréstimo bancário, para a aquisição de trator agrícola, nos termos da alínea c), do nº1, do artigo 9º da lei nº75/2013 de 12 de setembro. Foi explicado pelo pelo senhor secretário do executivo António Fernandes que se tentará o possível para obter todos os apoios que surgam incluído do município se esta entidade se mostrar disponível para o efeito. O deputado Albino Coelho, referiu não concordar com a contratação de empréstimo bancário. Sugeriu que se optasse por outros mecanismos de financiamento, como o Leasing, por exemplo, ou outros que se afigurem mais adequados. Referiu pertencer a uma associação, e que há relativamente pouco tempo, se conseguiu financiar a aquisição de duas viaturas com condições muito vantajosas, num modelo de financiamento diferente do empréstimo bancário. O senhor Presidente da Junta, declarou que será feito pedido de proposta, a vários fornecedores, com várias molduras de financiamento, e que se optará pela solução que melhor servir os interesses da junta. Colocou-se a votação e foi aprovado por maioria com quatro abstenções.-----

O senhor Presidente da Mesa passou então ao ponto 3 da ordem de trabalhos, Período destinado ao público. Pediu a palavra o senhor Francisco António. O senhor Francisco pediu que atendendo a que se tem a Retroescavadora na Abitureira, não se faça como há dez anos atrás e a máquina faça trabalho em toda a freguesia. Nomeadamente na área frontal à Amieira onde existem muitos asseiros mas que precisam de ser limpos. O senhor Presidente de Junta referiu no ano transacto de investiram cerca de 20.000 horas de máquina. Parte deste trabalho terá salvado referida encosta na Amieira no último incêndio. Referiu que o executivo está ciente desta necessidade e não será esquecida. Existem também outros trabalhos, nomeadamente a recuperação da antiga ZIF da Amieira. Foi enviado ofício ao Município ao Município para alocação de horas de máquina para este efeito. No entanto sem resposta.-----

Nada mais havendo a declarar, o senhor presidente da Mesa deu por encerrada a sessão de trabalhos, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aprovada em nova Assembleia de Freguesia, será assinada pelos membros que constituíram a mesa.-----

-----Presidente da Assembleia-----

(António Martins Ventura)



-----1º Secretário da Mesa da Assembleia-----

(Anabela Paula Martins Rodrigues)



-----2º Secretário da Mesa da Assembleia-----

(Paulo Jorge Almeida Matos Batista)

